

# Pampulha: Patrimônio Cultural da Humanidade em uma Cidade Educadora.

## Pampulha Cultural Heritage of Humanity and an education city.

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i2.3041>

*Marco Antônio Silva*

Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (Fae/UFMG);  
Historiador da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura da PBH,  
Email: [marcoa@prof.unibh.br](mailto:marcoa@prof.unibh.br)

 <https://orcid.org/0000-0001-5032-3711>

*Alessandra Valadares Alves Silva*

Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hidricos, pela UFMG.  
Email: [alehsaneamentoearquitectura.com.br](mailto:alehsaneamentoearquitectura.com.br)



Recebido em: 23/11/2019 – Aceito em 31/12/2019

**Resumo:** O Este artigo apresenta uma discussão sobre os conceitos de Memória e Patrimônio Cultural. Descreve uma narrativa da história da região da Pampulha em Belo Horizonte antes e a partir da fase modernista. Discorre sobre a genialidade presente no Conjunto Moderno da Pampulha que justificou o título de Patrimônio Cultural da Humanidade conferido pela Unesco. Tece considerações a partir da análise dos dados de entrevistas com 243 moradores da capital. E, por fim, aponta a importância da criação de políticas públicas voltadas para apropriação deste espaço pela população em consonância com os princípios da Declaração de Barcelona ou Carta das Cidades Educadoras da qual Belo Horizonte é signatária.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural da Humanidade; identidade; cidades educadoras.

**Abstract:** This article presents a discussion about the concepts of Memory and Cultural Heritage. It narrates the history of the Pampulha region in the city of Belo Horizonte before and from the Modernist phase. It discusses the genius, present in Pampulha Modern Ensemble that justified a title of Cultural Heritage of Humanity granted by Unesco. It makes some considerations from the data analysis of interviews with 243 residents of the capital of Minas Gerais State. Finally, it points out the importance of the creation of public policies aimed at a fuller of this space by the population in accordance with the principles of the Barcelona Declaration or Charter of Educating Cities to which Belo Horizonte is a signatory.

**Keywords:** Pampulha Cultural Heritage of Humanity; identity; education cities.

Os anos que antecederam o reconhecimento do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade foram marcados por uma intensa e ampla movimentação voltada para conservação, valorização e recuperação do conjunto por parte do poder público municipal. Essas ações foram eficientes o bastante para que a Unesco reconhecesse a importância e relevância da Pampulha conferindo-lhe o maior título concebido a um bem no campo do patrimônio cultural.

Dentre essas ações, o Projeto Educação Abraça a Pampulha, por exemplo, promoveu mensalmente a

visita de cerca de 4.000 estudantes da Rede Municipal de Ensino a orla da Lagoa e às diversas instituições culturais, ambientais e esportivas situadas no entorno. Segundo relatório da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, o Projeto tem por objetivo estimular e qualificar o estudo e as reflexões sobre a região da Pampulha pelas escolas, incluindo o Conjunto Moderno, que recebeu tombamento em instância federal em 1997 e em 2016 – ano de início do projeto – concorria ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Dentre as várias ações desenvolvidas estão atividades de formação de professores, confecção de materiais didáticos e pedagógicos, concursos e campanhas voltadas para produção de poesias, desenhos e exposições de fotografias pelos estudantes. Essas ações atingem crianças, adolescentes e adultos. A Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte possui escolas de Educação Infantil e no Ensino Fundamental atende crianças, jovens e adultos.

Ao que tudo indica, o público abarcado por esta atividade conhecerá melhor o Conjunto Moderno da Pampulha e terá mais informações para analisá-lo de forma mais profunda e crítica. Além disso, é importante registrar que os setores educativos de cada um dos equipamentos do Conjunto Moderno da Pampulha promovem ações voltadas também para o público não escolar, atendendo pessoas de todas as idades, moradores e turistas.

No entanto, uma parcela significativa da população belo-horizontina não usufrui do Conjunto Moderno da Pampulha e, até mesmo, desconhece as razões que o levaram a se tornar Patrimônio da Humanidade. Diante deste quadro, como será demonstrado neste trabalho, novos investimentos em divulgação do Conjunto, facilitação do acesso, usufruto, e, sobretudo, promoção de educação pelo patrimônio se fazem necessários.

## **Memórias, Patrimônio Cultural e o Conjunto da Pampulha**

A cidade nunca é a mesma para duas pessoas diferentes. Cada uma tem a sua cidade, cada uma a explica ou canta de forma diversa. Como uma mãe generosa, ela abriga todas as diferentes manifestações e pessoas: ela é o lugar de todas as memórias e, como não há uma única verdade, todas as memórias compõem a memória da cidade (Carsalade, 2007).

A memória coletiva constituída em uma cidade, por sua vez, forma um mosaico nem sempre harmônico por ser uma representação de visões, sentimentos e concepções bastante distintas sobre espaços e lugares. Em determinados momentos, via tradições orais, documentos históricos, monumentos, patrimônio cultural oficializado ou não consagrado, determinadas narrativas se fazem hegemônicas. No entanto, não se constituem de forma isenta e livre de intencionalidades. Nascem de um jogo de poder que se estabelece em meio aos conflitos onde as cidades não são apenas os lugares geográficos, um corpus físico de conformação precisa ou um amontoado de prédios construídos sobre um traçado planejado ou espontâneo. As cidades são também as pessoas e suas lutas, os resultados de sua ação sobre o nosso corpo moldável, dócil às vezes, inóspito outras tantas, mas sempre responsável às pessoas que nos habitam. E quem habita a cidade é a diversidade, uma legião de pessoas que pensam diferentemente, que moram diferentemente, que sofrem diferentemente (Carsalade, 2007).

Neste sentido, a memória advinda do patrimônio, em suas expressões materiais e intangíveis pela cidade, mesmo quando naturalizada, não se constitui neutramente (Oriá; Pereira, 2012; Chagas, 2007; Lacerda et al, 2015). A adoção de determinados discursos narrativos, de forma consciente ou não, representa a opção, neste jogo de poder, sobre qual memória se pretende preservar.

O Patrimônio Cultural é um objeto histórico e, por isso, temporalmente situado, social e culturalmente concebido e determinado. O objeto histórico é compreendido como um ente situado em um quadro de relações de poder e, mais do que isso, a tradução dessas relações (Foucault, 2001). Nesta perspectiva, a junção memória e patrimônio cultural é marcada por tensões entre as narrativas tradicionalmente estabelecidas e as questões de grupos sociais cujas memórias ainda são subterrâneas (Polak, 1989). Subterrâneas porque foram silenciadas ou deslegitimadas no contexto destas disputas. Vale ressaltar, nestes contextos de disputas, a força demonstrada pelos movimentos organizados no Brasil em torno de pertencimentos identitários étnico-raciais ligados às questões indígenas e dos negros a partir das décadas de 1970 e 1980. Na pauta destes agentes, dentre outras questões, destacou-se a luta pelo direito às narrativas históricas que sejam capazes de resgatar a memória “subterrânea” destes grupos. Memória esta que se contrapõe a uma memória fundada preferencialmente em uma perspectiva eurocêntrica e silenciadora em relação aos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Estas são narrativas que disputam espaço nos currículos de História, contrapostas às histórias silenciadas, estereotipadas e negativadas, predominantes até há pouco tempo, dentro e fora da educação escolar (Pereira; Meinerz; Pacievitch, 2015).

Neste contexto, a Pampulha, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade, e página importante na constituição do Patrimônio Cultural da capital mineira, é também um espaço de múltiplas memórias. Em sua história pode se encontrar uma síntese das questões metropolitanas de desigualdade social, ocupações irregulares, memórias silenciadas, conurbação e problemas ambientais. Ao mesmo tempo, é também uma história marcada pela beleza, engenho criativo, genialidade, autenticidade e ousadia de um grupo de brasileiros.

A sua história mais recente, sobretudo a partir da construção do Conjunto Urbano, década de 1940, remete à dupla face do desenvolvimento e modernização urbanos. De um lado, o desenvolvimento econômico propiciou as condições para a construção e concretização de um projeto ousado. De outro, o crescimento econômico e populacional foram também germens de sua própria degradação ambiental e vulnerabilidade.

### **Pampulha: da invasão bandeirante ao Conjunto Moderno**

A importância da Pampulha pode ser explicada por várias perspectivas. Entretanto, a histórica e arquitetônica são necessárias para subsidiar a análise aqui proposta.

No plano histórico, sobretudo em uma perspectiva cronológica, cabe ressaltar que o povoamento desse espaço antecede as construções modernistas. A própria região da atual Belo Horizonte, era habitada por povos indígenas até o século XVII. Com a chegada dos bandeirantes muitos foram dizimados e uma boa parcela migrou para outras regiões. No final do século XVII a maior parte do território da atual Pampulha pertencia ao Bandeirante Bento Pires. Com o passar dos anos seus descendentes dividiram e venderam parte dessa propriedade. No entorno de um ribeirão chamado Pampulha muitas fazendas foram formadas e o povoamento da região se intensificou.

Por volta de 1800, os moradores, na maior parte homens escravizados, já formavam ali um Arraial. Além da criação de animais, a população se dedicava à agricultura cultivando milho, feijão, batata e hortaliças. Algumas fazendas melhor equipadas possuíam engenhos de cana-de-açúcar e moinho d'água, que era muito utilizado na produção de farinha. Os trabalhadores também se dedicavam a atividades de carpintaria, fição, selaria e tecelagem. Essa produção possibilitou o comércio com povoa-

ções próximas como Contagem e Santa Luzia. (Pimentel; Garcia; Oliveira, 2007).

A realidade do Arraial conhecido como Santo Antônio da Pampulha Velha mudou radicalmente a partir do final do século XIX. A conquista social que levou à abolição da escravidão e estabeleceu o uso da mão de obra livre nas relações de trabalho associada à Proclamação da República - que inspirou a construção da nova Capital do Estado de Minas Gerais - impactaram profundamente a organização econômica e a vida de seus moradores.

Em 1897, quando foi inaugurada a Cidade de Minas, nova capital do Estado (hoje Belo Horizonte), os moradores da Pampulha passaram a atender às demandas da população da nova cidade. As propriedades agrícolas situadas no entorno do Ribeirão Pampulha tornaram-se fornecedoras de horti-frutigranjeiros, serviços de carpintaria, tecelagem, selaria e fiação para os moradores da capital. (Pimentel; Garcia; Oliveira, 2007; Ribeiro, 2011).

Em 1904 Ana Moraes e Manoel do Reis, um casal Português, adquiriu uma das fazendas na região que foi batizada de Pampulha. Impulsionados por motivações religiosas, patrocinaram a construção da Capela Santo Antônio de Pádua e contribuíram para a promoção de muitas festas de cunho religioso na região, tradição que se mantém até hoje.

No entanto, existe uma lacuna extensa de estudos historiográficos sobre a região até a década de 1920. Muitos dos trabalhos encontrados se reportam a poucas fontes primárias e, via de regra, reproduzem as mesmas citações e informações oferecendo poucas possibilidades de interpretações mais consistentes sobre o período anterior e posterior à chegada dos bandeiras.

Na década de 1930 intensifica-se outro processo de mudança mais significativo na região. O desenvolvimento da metalurgia em Belo Horizonte trouxe mais recursos que redundaram em alguns investimentos na Pampulha como, por exemplo, melhorias nas edificações e pavimentação de algumas ruas. Apesar disso, o caminho da área central até a região continuava bastante precário. Era realizado por Venda Nova em uma estrada bastante rudimentar. Entretanto, essas condições se modificaram de forma acelerada nas décadas seguintes.

A região foi escolhida para abrigar o primeiro aeroporto da cidade, o atual aeroporto Carlos Drummond de Andrade, que à época possuía uma função militar, e entrou em operação em 1933. Em 1938, durante a administração do então prefeito Otacílio Negrão de Lima, foi inaugurada uma barragem no Ribeirão Pampulha que tinha por objetivo garantir o abastecimento da cidade. A insuficiência da Barragem para o abastecimento de uma Belo Horizonte em franca expansão levou o próprio Otacílio a lançar um projeto mais ousado para a região: uma represa que possibilitasse ampliar o reservatório e que, também, permitisse a prática de esportes náuticos e até pouso de hidroaviões.

Ao que tudo indica, essa era também uma tentativa de aproximar Belo Horizonte de outras grandes cidades do Brasil e do mundo já que a aviação e os esportes náuticos eram símbolos potentes da modernidade. Entretanto, um projeto mais ousado foi executado na Administração de Juscelino Kubtscheck (JK), sucessor de Otacílio Negrão de Lima na prefeitura do município.

Inicialmente JK encomendou a Alfred Agache um plano para a reorganização urbana de Belo Horizonte. Na opinião de famoso urbanista francês a capital havia crescido de forma ordeira e satisfatória dentre dos limites da avenida do Contorno. A população que não podia residir nos limites da Avenida do Contorno, por sua vez, foi ocupando os demais espaços de forma desordenada e sem acesso aos serviços básicos de urbanização. Diante disso, Agache apresentou um projeto para que a Pampulha se torna-se uma cidade-satélite para abrigar a população mais pobre da cidade.

A proposta pretendida por JK para região era bem diferente. Ele tinha em mente a idéia de ca-

pitalizar, em benefício de Belo Horizonte, a beleza daquele recanto, com a formação de um lago artificial, rodeado de residências de luxo, com casas de diversões que se debruçassem sobre a água. Como parte deste projeto modernizante, JK construiu uma nova avenida, chamada Pampulha (atual Presidente Antônio Carlos), para ligar o centro da Capital à região. O então prefeito, encomendou um caminho curto, com poucas curvas e inclinações. Mas para completar a obra modernizante, o grande salto foi a contratação do arquiteto Oscar Niemeyer para confeccionar um projeto para as edificações que viriam a se tornar a Igreja São Francisco de Assis, a Casa do Baile, o Cassino e o Iate Golfe Clube.

### **O Conjunto Moderno da Pampulha: genialidade, inovação e autenticidade modernista**

Com intervenções do paisagista Burle Marx e do pintor Cândido Portinari surgiu então o Conjunto Moderno da Pampulha. A obra foi amplamente divulgada pela imprensa à época e durante muitos anos após sua inauguração (Pimentel; Gárcia; Oliveira, 2007). Esse momento fora muito bem apropriado pelos modernistas por ser uma possibilidade para execução de um grande feito artístico. Neste projeto, somaram-se contribuições de diversas áreas afins como a Arquitetura, Paisagismo, Artes Plásticas e Engenharia na constituição de um complexo de cultura, lazer e recreação.

Os padrões arquitetônicos vigentes foram abandonados com a adoção de novas técnicas construtivas. O traçado inovador do arquiteto Oscar Niemeyer possibilitou a audácia e criação de um novo tempo onde a austeridade européia foi substituída por formas curvas, limpas e livres. Assim também aconteceu com o paisagismo de Burle Marx em um toque de cor sobressaindo-se a compactos maciços, abriu-se um novo conceito para as áreas verdes, diferente dos tradicionais jardins da Inglaterra e França. O nítido caráter ambientalista tanto do ponto de vista do viés cultural quanto do biológico, dos jardins de Burle Marx e Mello Barreto firmou-se como parâmetro que remeteu ao passado os jardins artificiais inspirados em modelos europeus (Lana, 2009).

Burle Marx buscou o conhecimento da inter-relação das espécies botânicas no meio biótico para fazer seus antológicos jardins. Cândido Portinari e outros artistas fizeram a mediação entre a Arquitetura e o Paisagismo com afrescos, pinturas, painéis de azulejos, mosaicos e esculturas.

Quatro das edificações – Casa do Baile, Cassino, Igreja São Francisco e Iate Golfe Clube - ficam entre o lago e a avenida situada no seu entorno (atual Otacílio Negrão de Lima), permitindo uma relação direta entre elas e o espelho d'água. A única exceção foi a Casa JK, que à época seria a residência oficial do Prefeito da capital e serviria como um atrativo para novos moradores e exemplo de estilo que se pretendia para o bairro residencial projetado para região. O intervalo entre os cinco edifícios é longo o bastante para permitir uma composição harmônica com o espelho d'água e próximo o suficiente para garantir uma visão de conjunto.

Quanto à concepção arquitetônica norteadora de todo o conjunto projetado da Pampulha, o cassino (atual Museu de Arte da Pampulha) era a âncora, ou seja, o equipamento urbano que à época representava o grande atrator dos visitantes. Inaugurado em 15 de maio de 1943, foi a primeira obra concluída do conjunto. Esse prédio colocou Belo Horizonte a par da moda mundial, segundo Juscelino Kubistchek. A edificação refletia o seu vertiginoso progresso e representou um esforço para dar à capital uma obra original, atraente e moderna (Souza, 1998; Castro, 2006). Implantado em terreno mais elevado, foi inspirado em claros princípios corbusianos. Para Le Corbusier, arquiteto, pintor e teórico das artes, uma das figuras mais importantes do movimento moderno, a boa arquitetura se caminha e se percorre pelo interior e pelo exterior. É a arquitetura viva. Já a má arquitetura se mantém em torno

de um ponto fixo, irreal, estranho à lei humana. Os diversos aspectos da obra, a sinfonia que de fato é tocada, só se tornam inteligíveis na medida em que os passos nos levam, nos situam e nos deslocam, oferecendo ao nosso olhar a vista de obstáculos e perspectivas, o esperado e o inesperado de portas que liberam o segredo de novos espaços, sucessão de sombras, penumbras ou luzes gerados pelo sol penetrando por janelas e aberturas (Le Corbusier, 2005).

Os princípios corbusianos vivenciados no Cassino podem ser percebidos na estrutura em concreto, planta e fachadas livres, internamente pé direito duplo com jogos de corredores elípticos levando ao restaurante, e à pista de dança. Uma correspondência compositiva entre jardins (ambiente exterior) e edifício (forma construída), rampa lateral propiciando espaço para espelho d'água com plantas aquáticas brasileiras além de um “porte – cochère” abrigado pela marquise.

A Casa do Baile foi construída para ser um equipamento urbano complementar e alternativo ao cassino. Com a finalidade de criar um centro de reuniões populares, local destinado a diversões populares com dupla finalidade. A primeira era a valorização artística da Pampulha e, por outro lado, oferecer diversão sadia para o povo cumprindo uma função social (Garcia, 2007). A casa era projetada com espaço para restaurante, bailes e shows, e não era destinada ao público atraído pelo jogo do Cassino. Mas, o ambiente era voltado para um público adepto aos encantos da vida na nova região. Na concepção arquitetônica toda a área externa oferece-se à rua, de maneira mais singela e leve. A organização espacial se define por duas circunferências secantes

O Iate Golfe Clube (atual Iate tenis Clube) foi concebido como equipamento de lazer e esporte da população possibilitando que esportes como os do remo e da vela pudessem ser praticados pela comunidade. O edifício de linhas sóbrias explorou diversos elementos do vocabulário moderno: rampas, panos de vidro, brise-soleil e janelas em fita, além do telhado do salão em formato de asa de borboleta. Confirmando a retórica modernista observava-se o deslocamento dos pilares em relação à fachada para conferir leveza aos volumes obtidos também graças à mísulas, balanços, estreitamentos e vigas. E finalmente a Igreja São Francisco de Assis, obra inédita da história da arquitetura religiosa brasileira. O arquiteto Oscar Niemeyer tendo em mãos a maleabilidade plástica do concreto armado, criou uma forma simples e elegante. As curvas deram origem a uma estrutura harmoniosa que valorizou a engenharia por reunir os princípios revolucionários da arquitetura moderna e as conquistas tecnológicas da construção. Foram diversas as associações presentes: estrutura com arquitetura, arquitetura e artes plásticas, movimento moderno e barroco. A estrutura da igreja é em casca de concreto armado (são cinco cascas com diferentes alturas, sendo a maior que define a nave), além da sua curiosa implantação, onde a porta volta-se para sol nascente, para a lagoa e não para a rua.

O Conjunto Moderno da Pampulha é um dos exemplos mais expressivos da intervenção do homem na natureza. O diálogo harmônico entre natureza e concreto, promovido pela genialidade dos arquitetos e paisagistas modernistas, produziu uma paisagem que encanta moradores da capital e visitantes.

Além de um signo distintivo na paisagem urbana mineira, o conjunto foi um passaporte para a entrada da cidade no circuito cultural nacional na década de 1940. Em 2007 o Conjunto Arquitetônico da Pampulha foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Em 2013, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte manifestou interesse em apresentar a candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Em 2016 a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) confirmou o título solicitado.

Além do Conjunto Moderno, hoje Patrimônio da Humanidade, com o passar dos anos, novos espaços públicos significativos para a cidade foram surgindo no entorno da lagoa: em 1959, o Jardim Zoológico e que atualmente abriga também o Jardim Botânico; em 1965, o Mineirão; em 1980, o Ginásio Mineirinho; a ETAF (estação de tratamento de águas pluviais) para melhoria da qualidade da água da lagoa, em 2003, e, no ano seguinte, o Parque Ecológico. A orla da Pampulha é também um local privilegiado para o lazer e a prática de esportes como o ciclismo, caminhadas, exercícios físicos e eventos esportivos nacionais e internacionais. Nesse sentido, tornou-se um polo frequentado por moradores de todas as regiões capital e de classes sociais distintas.

Além disso, diversos bairros foram se formando nas áreas no entorno do conjunto: Jaraguá, Dona Clara, Ouro Preto, São Luiz, Céu Azul, Santa Amélia, Santa Branca, São Bernardo, Vila São Tomaz e ocupações como o Conjunto Dandara onde vivem cerca de 8 (oito) mil pessoas e outros tantos que tornaram-se moradia para cidadãos também das mais diversas classes sociais.

### **Do Patrimônio Histórico e Artístico ao Patrimônio Cultural**

Há uma preocupação mundial em preservar os patrimônios históricos da humanidade, através de leis de proteção e restaurações que possibilitam a manutenção das características originais. A preservação do patrimônio histórico na sua concepção moderna teve início como atividade sistemática no século XIX. Após a Revolução Francesa e sob os efeitos da Revolução Industrial, houve uma busca pela restauração dos monumentos e edifícios históricos destruídos durante o processo revolucionário e a busca de garantir à sociedade o direito de acesso ao patrimônio.

Uma das referências mundiais para preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade é a Convenção do Patrimônio Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1972. No Brasil, o patrimônio histórico é gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, órgão vinculado ao ministério da cultura, que atua na Gestão, proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do país.

A concepção e o modelo de patrimonialização do Estado brasileiro construído no primeiro governo Vargas foi durante décadas o direcionador das políticas de Patrimônio no Brasil. Em 1937, sob a vigência do Estado Novo, definiu-se, dentre outras questões, que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (art. 1º - Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937).

À época, as dificuldades e resistências encontradas pelos pioneiros do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) decorriam sobretudo de protestos à limitação do direito de propriedade e de uso dos bens tombados e não à concepção de tombamento adotada. (Fonseca, 2001). Como já comentado, a partir das décadas de 1970 e 1980 essas concepções passam a ser fortemente questionadas por movimentos sociais organizados.

Na esteira desse processo, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o con-

ceito de patrimônio, substituindo a nomeação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. Assim o texto constitucional define o patrimônio cultural como os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Dessa forma, o patrimônio cultural pode ser compreendido como o conjunto formado pelo patrimônio material e patrimônio imaterial. Sendo o Patrimônio Cultural Material composto pelos bens de natureza arqueológica, paisagística e etnográfica, histórica, belas artes e artes aplicadas. Já o patrimônio cultural Imaterial, também chamado de patrimônio intangível, reúne diversas expressões culturais, práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer (celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais, danças populares, lugares como feiras, mercados, etc).

Assim, é possível identificar dois momentos bem definidos, com relação ao que se considera patrimônio cultural no Brasil. Um primeiro, chamado patrimônio de “pedra e cal”, de valorização das edificações, e outro momento que se constitui a partir das últimas décadas do século XX, quando começa a ocorrer uma valorização das manifestações culturais de diferentes grupos sociais. É um momento de incorporação à noção de patrimônio histórico de aspectos processuais da cultura, como os saberes e fazeres, componentes da cultura popular brasileira em sua diversidade (Lacerda, et al, 2015).

Além disso, não é apenas o patrimônio representativo de determinados grupos sociais historicamente privilegiados que se torna passível de patrimonialização. A sociedade brasileira em sua diversidade cultural possui um gama bastante heterogênea de entes materiais e/ou imateriais que potencialmente podem receber reconhecimento oficial como Patrimônio Cultural. Reconhecimento que se torna uma importante ferramenta para sua valorização e preservação.

A perda de um bem cultural acarreta para as futuras gerações a privação de uma informação importante a respeito de valor de certos recursos naturais, em particular animais, plantas, ou de funcionamento de sistemas políticos, sociais e econômicos, incluindo arquivos e registros históricos sobre línguas, trabalhos de arte, composições musicais, trabalhos literários, tesouros arquitetônicos e monumentos (Weiss,2003).

### **O Conjunto Arquitetônico da Pampulha: Razões para o reconhecimento da UNESCO**

Os motivos alegados para inscrição a Patrimônio da Humanidade do Conjunto Moderno da Pampulha e, posteriormente, referendados pela Unesco apontam um valor de raridade, excepcionalidade e genialidade.

O Conjunto Moderno da Pampulha (Belo Horizonte, Brasil) apresenta um importante capítulo da história mundial da arquitetura moderna. Representou e representa ainda uma nova síntese, nas Américas, dos preceitos da nova arquitetura e das novas formas de viver anunciadas a partir das primeiras décadas do século XX. Simboliza, em sua materialidade, a interação universal que resultou em apropriações particulares de um diálogo intercultural, mesclando tradições e valores locais a tendências universais e, em retorno, influenciando e modificando mundialmente o rumo dessas tendências. (Dossiê Pampu-

lha, 2014, p. 17).

O peso arquitetônico tornou-se peça fundante das motivações para o reconhecimento. De acordo com o Dossiê supracitado, a Pampulha possui grande importância para a arquitetura brasileira e mundial. Em suas páginas os argumentos apontam que a obra no conjunto quebrou o paradigma até então consensual do racionalismo arquitetônico e demonstrou novas possibilidades de prática e casamento entre arquitetura e estrutura. Nesse sentido, conclui-se que o Conjunto Moderno da Pampulha possui grande significado para as gerações presentes e futuras da humanidade, apresentando-se como um marco vivo, íntegro e autêntico da História da Arquitetura mundial e da história brasileira e das Américas (Dossiê Pampulha, 2014). Corroborando essa perspectiva, em outra passagem reafirma-se que o “seu valor universal excepcional, suficiente, portanto, para a percepção da identidade cultural do bem, seja pela sua autonomia paisagística, seja ela sua inventividade morfológica e tipológica” (Dossiê Pampulha, 2014, p. 211).

A aprovação pela Unesco do Conjunto como Patrimônio Cultural da Humanidade, legítima diga-se de passagem, consagrou uma das narrativas possíveis, e, neste caso, muito bem fundamenta no campo técnico, sobre do Patrimônio Cultural constituído e sua conseqüente produção de memória. Entretanto, cabe registrar que outras narrativas podem se constituir a partir da Pampulha. O período anterior ao modernismo - antes e depois da invasão bandeirante - e os acontecimentos durante os séculos XVIII e XIX, a história da população marginalizada que não conseguiu sobreviver dentro do perímetro da avenida do Contorno durante o desenvolvimento de Belo Horizonte, a construção de outros equipamentos públicos na região, os diversos usos dados pela população ao espaço como, por exemplo, as celebrações das Festas de Iemanjá promovidas pelos adeptos de religiões de matriz africana há mais de 60 anos na região, o surgimento de outros bairros e ocupações com suas diversidades a partir dos anos de 1930, enfim, uma série de outras referências importantes no campo da cultura e da memória que não foram peças desse processo.

### A Pampulha nas representações sociais dos moradores de Belo Horizonte

Na tentativa de buscar informações sobre as representações sociais dos moradores de Belo Horizonte sobre a Pampulha, realizou-se uma pesquisa qualitativa com 243 (duzentos e quarenta e três) pessoas. Deste montante, 40,08% do sexo masculino e 59,92% do sexo feminino, com faixa etária variando de 13 a 83 anos. Os questionários foram construídos e as pesquisas desenvolvidas por estudantes de Graduação de Cursos de Licenciatura em História, Pedagogia, Letras e Matemática no segundo semestre de 2018. Os entrevistados foram escolhidos livremente pelos estudantes envolvidos na pesquisa. O único critério pré estabelecido foi a idade mínima de 12 anos e a residência em Belo Horizonte. Havia entrevistados de todas as 9 (nove) regionais administrativas nas quais a cidade de Belo Horizonte foi dividida pela administração municipal. No quadro a seguir consta a divisão por faixa etária.

Faixa etária	Total	Percentual
13-18	28	12,59
19-30	105	43,52
31-40	45	18,41
41-50	33	13,81

51-60	16	6,69
61-70	12	3,35
Acima de 70	4	1,63

A tabulação dos dados apresentaram indícios relevantes e até surpreendentes da relação da população do município com a Pampulha.

Dentre os entrevistados, 210 (duzentos e dez), ou seja, 86,42%, afirmaram conhecer o Conjunto Moderno da Pampulha enquanto 33 (trinta e três) o que corresponde a 13,58% do total, não o conhecem. Os que não conhecem acrescidos dos que não visitaram o espaço nos últimos três anos, totalizam 77 entrevistados, ou seja, 31,68%. Nesse sentido, os dados dão indícios (indiciários, diga-se de passagem, e que necessitam de maior aprofundamento) de que a Pampulha não está associada diretamente, de forma mais ou menos intensa, às vivências de quase um terço dos moradores da capital.

Dos entrevistados, 65 (sessenta e cinco) moradores frequentam pouco o espaço, não ultrapassando duas vezes nos últimos três anos. Entretanto, quase metade dos que conhecem o Conjunto Moderno (aproximadamente 47%) estiveram ali pelo menos por três vezes nos últimos três anos. Deste grupo, quase 28%, ou seja, 59 (cinquenta e nove) visitaram por mais de 5 vezes no mesmo período.

A prática esportiva é o maior atrativo para os visitantes da capital. Aproximadamente 31%, ou seja, 65 pessoas foram à Pampulha para a prática de caminhada ou ciclismo. Sendo a caminhada o primeiro atrator destes visitantes seguida pelo ciclismo. Neste hall de atrativos, ficaram empatados em segundo lugar Bares e Restaurantes juntamente com os equipamentos do Conjunto. Aproximadamente 14%, ou seja, 29 (vinte e nove) pessoas que estiveram no espaço nos últimos três anos alegaram serem os bares e restaurantes a motivação principal. O mesmo número de visitantes, ou seja, 29 (vinte e nove) foi atraído por algum equipamento (Casa do Baile, Museu de Arte da Pampulha, Igreja São Francisco, Casa Kubitscheck) e/ou exposição abrigado por estes.

Por fim, a frequência motivada por questões religiosas ocupa o quarto lugar nas motivações dos entrevistados, ou seja, 13 pessoas (aproximadamente 6% dos visitantes). Nesse sentido, a prática esportiva e a frequência a bares e restaurantes representam quase metade das motivações para frequência à Pampulha.

As questões que levaram ao reconhecimento do Conjunto como Patrimônio da Humanidade impulsionaram menos de 15% das visitas dos entrevistados. Dos entrevistados, 206 pessoas (aproximadamente 85%) sabiam que o Conjunto Moderno da Pampulha tornou-se Patrimônio Cultural da Humanidade. Entretanto, mais da metade 149 (aproximadamente 60%) alegaram não saber os motivos que justificaram o recebimento deste título. Essa constatação dá indícios de que as razões apontadas no Dossiê, construído para justificar o tombamento perante a Unesco, representam uma perspectiva desconhecida da maior parte dos moradores que parecem dar outros sentidos culturais à Pampulha.

Dentre os principais artistas responsáveis pelo Projeto Moderno da Pampulha, Oscar Niemeyer é o mais conhecido. Quase todos os entrevistados, aproximadamente 96%, ou seja, 232 moradores da capital já ouviram falar do arquiteto. Burle Marx é conhecido de aproximadamente 33% dos entrevistados, ou seja, 80 pessoas. Cândido Portinari, por sua vez, é menos conhecido ainda. Aproximadamente 25%, ou seja, 60 pessoas alegaram conhecer o artista plástico.

Por uma estratégia metodológica, antes que tivessem acesso às outras questões que traziam de certo modo alguma informação sobre o Conjunto Moderno da Pampulha, os entrevistados foram perguntados sobre o que lembram quando pensam no termo Pampulha. As respostas reportaram na

seguinte ordem a lagoa (38); Mineirão (28); Igrejinha (20); Museu de Arte da Pampulha (18) sendo que 5 entrevistados falaram especificamente dos jardins deste equipamento; Jardim Zoológico (16); Parque Ecológico (16); Casa do Baile (15); Feira de Artesanato do Mineirinho (6); Capivaras (6), cabe registrar que a lagoa tornou-se o habitat para centenas de capivaras nos últimos anos; Oscar Niemeyer (5); Monumento a Iemanjá (2); Toca da Raposa (1), centro de treinamento do Cruzeiro Esporte Clube; aeroporto (1), o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade – mais conhecido como Aeroporto da Pampulha e que atende atualmente vôos regionais; Juscelino Kubitschek (1); Jacaré (1), alguns desses répteis vivem também na lagoa. Casa JK não foi mencionada. Não houve nenhuma menção à qualquer aspecto da Pampulha anterior aos modernistas.

### Considerações Finais

Atualmente existem 491 Cidades Educadoras espalhadas por 37 países. Belo Horizonte é um dos 14 municípios brasileiros que porta esse título. O primeiro princípio da Declaração de Barcelona ou Carta das Cidades Educadoras aponta que

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares (Carta das Cidades Educadoras, 2004).

Desfrutar da cidade, compreendê-la em complexidade, diversidade e conflitos, dentre outras questões, está associado ao acesso ao patrimônio cultural. Este, por sua vez, é formado pelas manifestações mais significativas da cultura de um povo, de qualquer posição social, política e econômica, região, crença e valores, materializadas em objetos tangíveis como construções, monumentos e sítios arqueológicos ou intangíveis como tradições, festejos e práticas culturais em geral. Conhecer, questionar e usufruir deste patrimônio é um direito de cada morador. A educação pelo patrimônio é um dos recursos fundamentais para garantir esse acesso e apropriação crítica.

A cidade educadora é aquela que converte o seu espaço urbano em uma escola. Imagine uma escola sem paredes e sem teto. Uma cidade na qual todos os espaços são salas de aula: rua, praça, praia, rio, favela, shopping e também as escolas e as universidades. Há espaços para a educação formal, em que se aplicam conhecimentos sistematizados, e a informal, na qual cabe uma gama maior de conhecimento. A cidade educadora deve ser vista como uma organização plural e multifacetada (Cabezudo, 2004). Ela é um conjunto múltiplo de ação coletiva, elaborada em muitas dimensões, plena de significados, construtora de identidades e identificações. Num mesmo espaço da cidade é possível encontrar diferentes atores atuando simultaneamente. As práticas educativas em uma cidade ocorrem no terreno concreto da pluralidade do real composta pela intencionalidade estruturante dos planejadores, mas também pelo jogo realizado por sujeitos sociais que, em suas práticas singulares e plurais, se articulam como educadores coletivos (Faria, 1996).

Diante deste quadro algumas reflexões tornam-se necessárias. Tendo por referência a amostragem não probabilística dos entrevistados, os resultados apontam alguns indícios que merecem destaque. Dois terços dos moradores entrevistados não possuem uma relação de convivência e usufruto com o conjunto Moderno da Pampulha. Aproximadamente trinta por cento destes entrevistados sequer visitou o espaço nos últimos três anos. Além disso, 14% desses moradores nem mesmo conhecem a região. O direito ao Patrimônio pressupõe o uso, usufruto e a compreensão crítica. Para garanti-lo, esse direito arantido deve ser fomentado e apoiado por políticas públicas. Ficou bastante evidenciado que mesmo as narrativas hegemônicas sobre o Conjunto Moderno da Pampulha não são de conhecimento pleno da população. Nesse sentido, é necessário o investimento em políticas de educação que permitam aos belo-horizontinos conhecer a Pampulha com sua memória modernista e as outras possíveis narrativas subterrâneas. Para essas últimas, uma exigência maior ainda se faz: uma intensificação do investimento em pesquisas que permitam uma ampliação dos conhecimentos sobre o período pré-modernista.

Cabe ainda registrar que a Pampulha tornou-se referência também para praticas de esportes e diversas modalidades de lazer. A significância cultural dada pela sociedade belo-horizontina ao Conjunto Moderno da Pampulha vai além das perspectivas apontadas no projeto modernista. Esta perspectiva faz parte da identidade e, em certa perspectiva, representa um Patrimônio Cultural não consagrado que é uma importante referência identitária da população. É fundamental utilizar com sabedoria sua importância sócio-cultural, celebrando a Pampulha como marca de um povo, em torno da qual a comunidade se reconhece e se contempla, divulgando sua presença como marca de sua distinção (Carsalade, 2006).

Em suma, às ações educativas já desenvolvidas junto às escolas do município e ao chamado público expontâneo (formado por moradores e turistas), tão importantes e necessárias, devem se juntar outras voltadas para uma grande parcela dos moradores da cidade, visando ampliar o conhecimento e usufruto do Conjunto Moderno da Pampulha.

A cidade que educa tem que ser plenamente responsável por prover as condições externas do educar: se não pode fazer todos iguais ou sequer educar a todos por igual, deve ser patrocinadora da igualdade de direitos e oportunidades, de respeito à liberdade de idéias e convicções de exercício da ação política, de acesso aos bens públicos e à dignidade humana em todos os sentidos. Cidade educadora é aquela que garante que seus habitantes sejam antes de mais nada cidadãos de direito e de fato. Esta responsabilidade, que deve ser exercida em todos os porões de tecido social, é dever intrasferível do Estado. Essa ação educativa será vitoriosa se resultar em amplo controle sobre quaisquer formas de exclusão decorrentes das contradições da ordem estrutural da sociedade (Faria, 1996).

## Referências Bibliográficas:

- Arroyo, Michele Abreu. A diversidade cultural na cidade contemporânea: o reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como patrimônio cultural / Michele Abreu Arroyo. Belo Horizonte, 2010. Artmed, 152 p.
- CABEZUDO, Alicia. Cidades educadoras: uma proposta para os governos locais. In: Gadotti, M.; Padilha, P.R.; Cabezudo, A. (Orgs). Cidade educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, Buenos Aires: Ciudades Educadoras América Latina, 2004.
- \_\_\_\_\_. A cidade que educa. Folhaonline- Sinapse, 2011. Disponível em: [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br). Acesso em: 20 dez 2014.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. Pampulha. BH. A Cidade de Cada Um, volume 10. Belo Horizonte, Conceito, 2007.
- CENPEC, Cenpec. Carta das Cidades Educadoras. Cadernos Cenpec | Nova série, [S.l.], v. 1, n. 1, maio 2006. ISSN 2237-9983. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/165>>. Acesso em: 04 dez. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v1i1.165>.
- CASTRO, Mariangela Castro e FINGUERUT, Silvia (org). Igreja da Pampulha: restauro e reflexões. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.
- CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. Em *Questão*. V. 3, n.2, p.207-224. Porto Alegre, jul/dez 2007.
- CONJUNTO MODERNO PAMPULHA. Candidato a Patrimônio Cultural da Humanidade Dossiê de candidatura do conjunto moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial 2016.
- FARIA, José Henrique. Seminário Internacional Cidades Educadoras contra a Exclusão e pela Paz, Universidade Federal do Paraná, 1996.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 2, 2001. P. 111-120. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/referencia\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf) acesso em 14/12/2012.
- FOUCAULT, Michel. O pensamento do exterior. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. (Ditos e escritos, vol. III). 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 219-242.
- GARCIA, Luiz Henrique. Antônio. In: Pampulha múltipla: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto= Multiple Pampulha: a city region in the reading of Museu Histórico Abílio Barreto/ Organização, Thaís Velloso Cougo Pimentel; Coordenação, Luiz Henrique Assis Garcia; tradução, Pablo Luiz de Oliveira Lima, Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007
- IGREJA da Pampulha: restauro e reflexões. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2006.
- Juscelino Prefeito 1940-1945. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/ Museu Abílio Barreto: Belo Horizonte, 2002.
- LACERDA, Aroldo Dias; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; PEREIRA, Júnia Sales; SILVA, Marco Antônio. Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividades em contextos escolares- 1. Ed.- Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- LANA, Ricardo Samuel de. Arquitetos da Paisagem: Memoráveis Jardins de Roberto Burle Marx. Henrique L. De Mello Barreto/ Ricardo Samuel de Lana. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2009.
- Le CORBUSIER, Mensagens aos estudantes de Arquitetura. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2005.
- MORIGI, Valter. Cidades Educadoras: possibilidade de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- PEREIRA Nilton Mullet; MEINERZ Carla Beatriz; PACIEVITCH Caroline. Viver e pensar a docência em História diante das demandas sociais e identitárias do século XXI. *História & Ensino*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 31-53, jul./dez. 2015
- ORIA, Ricardo; PEREIRA, Júnia Sales. Desafios teórico- metodológicos da relação educação e patrimônio. In: VII Seminário Nacional do Centro de memória da Unicamp, 7. Campinas: Unicamp, 2012.
- PERREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de (Org.). Aeroporto da Pampulha: Belo Horizonte nas asas do progresso. Belo Horizonte: INFRAERO, 1997, p. 19. In.:PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo, org.; GARCIA, Luiz Henrique coord.; OLIVEIRA, Pablo Luiz de, tradução. Pampulha Múltipla: uma região da cidade na leitura do Um Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte: Museu Abílio Barreto, 2007.
- PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (Org.); GARCIA, Luiz Henrique (Coord.); OLIVEIRA, Pablo Luiz de (Tradução). Pampulha Múltipla: uma região da cidade na leitura do Um Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte: Museu Abílio Barreto, 2007.

- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REDIN, Marita; MULLER, Fernanda; REDIN, Euclides (Orgs). *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- RIBEIRO, Raphael Rajão (Coord.). *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Pampulha*. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente, contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- SILVA, Fernando Fernandes. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SOUZA, Renato César. A arquitetura em Belo Horizonte nas décadas de 40 e 50: utopia e transgressão. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- VILA, I.; GOMEZ-GRANELL, C. 2003. A
- VILA, Ignacio; GOMEZ Granell Carmen, C. *A cidade como projeto educativo*. São Paulo, Artmed, 2003.